

CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NOS CARGOS DO QUADRO PERMANENTE DO PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DA PREFEITURA DE CALDAS NOVAS.

EDITAL COMPLEMENTAR N. 1 AO EDITAL N. 001/2015

O Prefeito de Caldas Novas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, torna público o presente EDITAL COMPLEMENTAR que:

1. retifica o quadro do subitem 7.3.2, acrescentando, para os cargos de Agente Municipal de Trânsito, Assistente Técnico Jurídico, Conciliador Procon, Escrevente Cartorário do Procon, Fiscal Ambiental, Fiscal de Posturas e Edificações, Fiscal de Tributos, Fiscal do Procon, a disciplina Conhecimentos específicos, passando a vigorar com o seguinte teor:

DISCIPLINA	N. de Questões	Valor da questão	Valor da prova	Nota mínima no valor total da prova
Língua Portuguesa	10	2	80	40
Matemática	10	2		
Conhecimentos Gerais	10	2		
Conhecimentos Específicos	10	2		

2. inclui no **Anexo III – Programas das Provas** – o programa da disciplina de Conhecimentos Específicos para cargos de Agente Municipal de Trânsito, Assistente Técnico Jurídico, Conciliador Procon, Escrevente Cartorário do Procon, Fiscal Ambiental, Fiscal de Posturas e Edificações, Fiscal de Tributos, Fiscal do Procon, assim discriminado:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE AGENTE MUNICIPAL DE TRÂNSITO

1. Código de Trânsito Brasileiro, (CTB) – Lei nº 9.503/97. 2. Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito, (CONTRAN).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE ASSISTENTE TÉCNICO JURÍDICO
DIREITO ADMINISTRATIVO:

1. Princípios Constitucionais da Administração Pública. Entidades e órgãos públicos. 2. Ato administrativo: conceito; requisitos; atributos; classificação; espécies; invalidação; anulação; revogação; prescrição; improbidade administrativa (Lei nº 8.429/92 e alterações). 3. Agentes administrativos: investidura e exercício da função pública; direitos e deveres dos funcionários públicos; regimes jurídicos; processo administrativo: conceito, princípios, fases e modalidades.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Direito Constitucional. 2. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Dos princípios fundamentais. Dos direitos e garantias fundamentais. Dos direitos sociais. Da nacionalidade. Organização do Estado. Organização político-administrativa: da União; dos estados federados; dos municípios; do Distrito Federal e dos territórios; da intervenção. 3-Administração Pública: Servidores públicos civis.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE CONCILIADOR PROCON

Conceito de consumidor, fornecedor, produto e serviço. Princípios do Direito do Consumidor. Direitos Básicos do Consumidor. Responsabilidade por vício do produto e do serviço. Responsabilidade pelo Fato do Produto e do Serviço. Práticas Abusivas. Cláusulas Abusivas. Decadência e Prescrição. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. A Oferta e Publicidade no Código de Defesa do Consumidor. Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas.. Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor. Decretos: Decreto n. 2.181, de 20 de março de 1997. Decreto n. 5.903, de 20 de setembro de 2006. Decreto n. 6.523, de 31 de julho de 2008. Lei n. 10.962, de 11 de outubro de 2004, Lei Municipal n. 806 de 1999. Lei Municipal n. 806, de 05 de maio de 1999, alterada pela Lei Municipal n. 1951, de 11 de junho de 2013, alterada pela Lei Municipal n. 2262, de 18 de junho de 2015. Lei Municipal n. 1041, de 27 de junho de 2002.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE ESCRIVENTE CARTORÁRIO DO PROCON

Conceito de consumidor, fornecedor, produto e serviço. Princípios do Direito do Consumidor. Direitos Básicos do Consumidor. Responsabilidade por vício do produto e do serviço. Práticas Abusivas. Cláusulas Abusivas. Decadência e Prescrição. A Oferta e Publicidade no Código de Defesa do Consumidor. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor. Decretos: Decreto n. 2.181, de 20 de março de 1997. Decreto n. 6.523, de 31 de julho de 2008. Lei n. 10.048, de 08 de novembro de 2000. Lei Municipal n. 806, de 05 de maio de 1999, alterada pela Lei Municipal n. 1951, de 11 de junho de 2013, alterada pela Lei Municipal n. 2262, de 18 de junho de 2015. Lei Municipal n. 1041, de 27 de junho de 2002.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE FISCAL AMBIENTAL

Importância da Ecologia e o Papel do Homem no Meio Ambiente; Economia ecológica; Noções de saúde pública, epidemiologia e saneamento. Conceitos Básicos de sistemas de abastecimento e tratamento de água - unidades do sistema de abastecimento de água: Manancial; Captação de águas superficiais e subterrâneas; tipos de captação; Adução de água; Reservatórios de distribuição; Redes de distribuição. Tecnologias de tratamento de água de abastecimento para pequenas e grandes comunidades. Qualidade da água; Importância do abastecimento de água; A água na transmissão de doenças; Qualidade, impurezas e características físicas, químicas e biológicas da água; padrões de potabilidade; controle da qualidade da água (Portaria 2914/2011 do Ministério da Saúde). Gestão ambiental (ISO 14001); Legislação Ambiental de Impacto Ambiental; Monitoramento de Recursos Hídricos; Lei Federal 9433/97 (Lei da Política Nacional dos Recursos Hídricos); Auditoria Ambiental; Controle de poluição da água. Noções básicas de informática. Sistemas de tratamento esgotos sanitários; Sistemas de coleta de esgotos sanitários; Tecnologias de tratamento coletivo e individual de esgotos domésticos. Potencial e limitações do reuso da água. Conceitos básicos de drenagem urbana e pluvial. Resíduos sólidos: conceito, classificação, acondicionamento, coleta, transporte e destino final; Resíduos de Serviço de Saúde: armazenamento, coleta, destino final. Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos. Impactos Ambientais dos resíduos sólidos. Implantação e operação de Aterros Sanitários. Programas de reciclagem e minimização da geração de resíduos. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10). A Política Nacional de Saneamento Básico (Lei 11.455/04). Estudo de impactos ambientais (EIA). Relatórios de Impactos sobre o Meio Ambiente (RIMA). As Metodologias do EIA/RIMA. O gerenciamento ambiental; zoneamento econômico-ecológico, licenciamento e monitoramento. Recuperação de áreas degradadas; Proteção de nascentes, cachoeiras, grutas e acidentes geográficos; Proteção de sítios arqueológicos; Contenção de encostas nas vias de transporte; Impactos das vias de transporte no ambiente: túneis, viadutos, pontes, pedreiras, terraplanagem, eclusas, canais, etc.; Código Florestal Federal e Resoluções CONAMA.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE FISCAL DE POSTURAS E EDIFICAÇÕES

Elaboração de relatórios, croquis, cálculos de áreas e tabelas; leitura de projetos e croquis; noções de área de construção civil; conhecimento e aplicação das leis de uso e ocupação de solo. Elementos de Direito Urbanístico. Função social da propriedade. Instrumentos de política e gestão urbana. Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões. Desapropriação e servidão. Conceito de solo criado. Operações urbanas. Infraestrutura e serviços urbanos. Assuntos relativos à arquitetura e construção civil. Bens Municipais. Conceito, classificação, uso e alienação. Constituição Federal e Lei Orgânica do Município: artigos pertinentes aos itens anterior. Conhecimento e aplicação das leis de uso e ocupação de solo. Loteamento, Desmembramento, Fracionamento de Lotes - Lei Federal n. 6.766/79. Estatuto das Cidades. Conhecimento amplo de projetos: Estrutural, Arquitetônico, Elétrico, Hidráulico, Sanitário, de Telefonia, de distribuição (interna e externa de gás), de Segurança contra incêndios e outros que sejam necessários na execução de obras públicas ou privadas. Conhecimento de materiais diversos utilizados em serviços de construções, ampliações e reformas em imóveis. Conhecimentos gerais sobre: Fiscalização de obras para a liberação de alvarás, licenças e de habite-se; Fiscalização do cumprimento da Legislação sobre obras e edificações em toda área do Município, fazendo vistorias, leitura de projetos, conferência de medidas, cálculos de área, autuações, notificações, embargos e aplicando multas; Noções de controle de estoque de materiais nas obras públicas e particulares; Organização das regras de conduta no ambiente de trabalho; Implantação de regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo, e de cooperação com os colegas de trabalho; Acesso a Prédios e Serviços Públicos e Particulares para deficientes, Idosos, Gestantes e Pessoas acompanhadas de crianças de colo; Vistorias de obras com a finalidade de Notificar, Autuar e Embargar, desde que estes atos estejam amparados na legislação em vigor. Zelo pelo patrimônio público.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE FISCAL DE TRIBUTOS

NOÇÕES DE DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO: Ordem econômica e financeira. Princípios gerais. Classificação de Receita Pública. Princípios orçamentários do Orçamento Público. Elaboração do orçamento: processo legislativo. Despesa pública: classificação. Execução do orçamento. Controle e fiscalização de execução orçamentária. Lei de Responsabilidade Fiscal. O papel dos Tribunais de Contas. Tributação e orçamento. Direito Tributário: princípios. Competência e capacidade tributária. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Tributos em espécie e classificação. Imunidade, isenção e anistia. Obrigações tributárias: conceito; natureza; espécies; elementos; fato gerador; sujeito ativo e passivo da obrigação tributária. Responsabilidade tributária. Crédito Tributário: constituição do crédito tributário; lançamento e suas modalidades; garantias e privilégios Suspensão e extinção da exigibilidade do crédito tributário. Matéria Tributária em Juízo: execução fiscal, ação anulatória de débito fiscal e mandado de segurança. Legislação complementar. Lei Orgânica do Município de Caldas Novas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE FISCAL DO PROCON

Conceito de consumidor, fornecedor, produto e serviço. Princípios do Direito do Consumidor. Direitos Básicos do Consumidor. Responsabilidade por vício do produto e do serviço. Práticas Abusivas. Decadência e Prescrição. A Oferta e Publicidade no Código de Defesa do Consumidor. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Crimes nas Relações de Consumo. Lei n. 8.078, de 11 de setem-

PREFEITURA DE CALDAS NOVAS
EDITAL 001/2015



bro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor. Decretos: Decreto n. 2.181, de 20 de março de 1997. Decreto n. 5.903, de 20 de setembro de 2006. Decreto n. 6.523, de 31 de julho de 2008. Lei n. 10.962, de 11 de outubro de 2004, Lei Municipal n. 806, de 05 de maio de 1999, alterada pela Lei Municipal n. 1951, de 11 de junho de 2013, alterada pela Lei Municipal n. 2262, de 18 de junho de 2015. Lei Municipal n. 1041, de 27 de junho de 2002.

3. altera no Anexo I, o número de vagas ofertadas ao Cargo de Operador de Máquinas Pesadas, passando para uma (1) vaga.

4. retifica no Anexo V, nas observações (item 17), o endereço da entrega da documentação para posse, passando a vigorar com a seguinte redação: Departamento de Recursos Humanos da Administração, localizado no Prédio da Prefeitura Municipal de Caldas Novas, sito à Avenida Orcalino Santos n. 283, Centro, Caldas Novas-GO.

5. altera o cronograma do certame (Anexo VI), em atendimento à Instrução Normativa n. 00012/2014, de 04 de dezembro de 2014 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás.

Os demais anexos, itens e subitens do Edital permanecem inalterados.

Caldas Novas, 09 de setembro de 2015.

Evando Magal Abadia Correia e Silva

Prefeito